

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

GUSTAVO HENRIQUE ARAÚJO CARDOSO

A QUEBRA DA PERPETUIDADE DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: A
VALORIZAÇÃO DA CULTURA NACIONAL POR CELSO FURTADO

SÃO PAULO

2022

GUSTAVO HENRIQUE ARAÚJO CARDOSO

**A QUEBRA DA PERPETUIDADE DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: A
VALORIZAÇÃO DA CULTURA NACIONAL POR CELSO FURTADO**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (USP), como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Professor Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes

SÃO PAULO

2022

Agradecimentos

Este trabalho encerra a minha trajetória universitária na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e por isso tecerei agradecimentos a todos que estiveram presente durante os anos e impactaram positivamente a minha vida.

Primeiramente agradeço aos meus pais, Adriano e Roseli, por terem me dado uma estrutura excelente para que eu pudesse chegar onde estou chegando hoje. O apoio constante deles foi essencial para que eu concluísse essa graduação. Agradeço também ao meu irmão, Felipe, por todo o apoio e ajuda em diversas coisas que precisei durante a graduação. Dedico essa monografia ao meu avô Jurandy (*in memoriam*) e à minha tia Rosimeire (*in memoriam*) que sempre estiveram presentes na minha vida, tanto pessoal quanto escolar, e partiram durante a pandemia de COVID-19.

Agradeço aos meus amigos de vida: João Vinícius, Christyan, Ivan, Ralph, Flausino, Antônio, Jobson, Kazuhiro, Agnes, João Paulo, Denys, Felipe, Alessandro. Sem eles, eu jamais teria conseguido passar esses anos de forma leve, divertida e com uma troca constante de conhecimentos e experiências de vida.

Por fim, agradeço ao professor Alexandre Saes e todo o corpo docente da FEA-USP por todo o conhecimento e ensinamentos passados durante os anos em que estive nessa faculdade, os quais sempre serão importantes na minha vida.

Resumo

Esta monografia tem por objetivo discorrer a respeito da seguinte questão: como a cultura, de acordo com a visão de Celso Furtado, seria o ponto principal para a superação do subdesenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, um dos aspectos que está relacionado com a cultura, a criatividade, é essencial para promover alterações no setor industrial dos países periféricos. Ao Celso Furtado assumir o cargo de 3º Ministro da Cultura do Brasil em 1986, o mesmo orienta a política cultural a fim de buscar a valorização da cultura nacional e consequente criatividade, e é nesse ponto que as considerações sobre a cultura inseridas na teorização econômica de Furtado têm a possibilidade de serem postas em prática, justificando assim uma análise comparativa.

Palavras-chave: Celso Furtado. Cultura. Subdesenvolvimento brasileiro. Ministério da Cultura.

Códigos JEL: P16, N36, N46

Abstract

This project aims to address the following question: how the culture, according to Celso Furtado's view, would be the main point to end Brazilian underdevelopment. In this way, one of the aspects that is related to culture, the creativity, is essential to promote changes in the industrial sector of peripheral countries. When Celso Furtado assumed the mandate of 3rd Minister of Culture in 1986, he guided the cultural policy to seek for the valorization of national culture and creativity, and this is the point when the considerations about culture inserted in his economic theory have the chance of being put into practice, justifying a comparative analysis.

Keywords: Celso Furtado. Culture. Brazilian underdevelopment. Ministry of Culture.

JEL Codes: P16, N36, N46

Sumário

<u>1.</u>	<u>Introdução</u>	6
<u>2.</u>	<u>A cultura para Celso Furtado</u>	11
	<u>2.1 A civilização industrial e sua difusão cultural</u>	11
	<u>2.2 Entendendo a cultura nacional brasileira</u>	15
<u>3.</u>	<u>Celso Furtado: o 3º Ministro da Cultura do Brasil</u>	21
<u>4.</u>	<u>Uma análise sobre uma visão de cultura</u>	32
<u>5.</u>	<u>Considerações Finais</u>	37
<u>6.</u>	<u>Referências Bibliográficas</u>	39

1. Introdução

Esta monografia tem como finalidade tratar das discussões sobre a cultura nacional e sua valorização como uma forma de superação do subdesenvolvimento brasileiro presentes na obra de Celso Furtado.

Celso Monteiro Furtado foi o 1º Ministro do Planejamento do Brasil, entre os anos de 1962 e 1964, durante o mandato do então presidente João Goulart. E também foi o 3º Ministro da Cultura do Brasil, entre os anos de 1986 e 1988, durante o mandato do então presidente José Sarney¹. Com uma vasta e fundamental contribuição intelectual acerca do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, onde sua principal obra foi a *Formação Econômica do Brasil* de 1959, além de seus envolvimento essenciais na formação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e com a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), Furtado discorreu sobre os mais diversos pontos que buscariam nortear uma explicação para o subdesenvolvimento nacional e de como o mesmo seria perpetuado pelo modelo industrial que foi seguido no Brasil. Ou seja, o subdesenvolvimento é visto como algo interior ao sistema capitalista, e não como uma etapa para se atingir o desenvolvimento econômico.

Um dos pontos que Furtado tratou em suas discussões foi o de como a valorização da cultura nacional seria essencial para superar o subdesenvolvimento, e é exatamente isso que norteia seu livro *Criatividade e dependência na civilização industrial* de 1978. Para ele, ao se voltar para os valores nacionais representados na cultura, seria possível compreender os principais pontos perpetuadores desse subdesenvolvimento e encontrar as próprias formas de superação para esse problema. Ou seja, apenas ao se fazer uma reflexão interna com uso dos elementos plurais formadores da cultura nacional é que se poderia ter uma resposta que levasse ao desenvolvimento econômico, e não a perpetuidade de uma cultura estrangeira forçada pelo sistema capitalista.

Além desse ponto, Furtado ainda leva em consideração o fato de a valorização da criatividade ser um também grande ponto para a superação desse subdesenvolvimento, principalmente no setor industrial, e isso se daria ao fato de que a existência de uma criatividade nacional buscaria realmente contornar os problemas reais da indústria nacional, o

¹ Celso Furtado. **PROCONDEL – SUDENE**. Disponível em: < <http://procondel.sudene.gov.br/CelsoFurtado.aspx> >. Acesso em: 05 de maio de 2022

que não aconteceria com a replicação de um modelo estrangeiro seguindo os moldes de como a industrialização foi começada no Brasil.

Para se entender melhor, na visão de Furtado não é apenas com a acumulação de capital que se deu o desenvolvimento econômico nos países bases do sistema capitalista, para os mesmos essa acumulação foi acompanhada por grandes revoluções científicas e inovações nos mais diversos setores da sociedade, e houveram principalmente mudanças culturais essenciais que possibilitaram a esses países tal processo. Essas mudanças culturais, por terem sido realizadas nesses países, acabaram por internalizar todos os aspectos nacionais necessários para o desenvolvimento e, por conseguinte, seriam um molde individual ideal para a realidade de cada um desses países. Então, ao se replicar esses valores nacionais estrangeiros nos países subdesenvolvidos pela difusão do sistema capitalista, eles acabariam por ser ineficazes por não seguirem os moldes realmente ideais para a realidade individual de cada um desses países subdesenvolvidos, ou seja, haveria uma perpetuidade do subdesenvolvimento e não se alcançaria o desenvolvimento como nos países bases onde o processo se deu de forma natural.

Diante desse cenário que apontava a cultura e criatividade nacionais como única resposta para a superação do subdesenvolvimento, Celso Furtado acabou por defender veemente que essa cultura nacional fosse valorizada. Além dessa referência presente em diversos pontos de sua vasta obra, quando ocupou o cargo de Ministro da Cultura do Brasil foi responsável por criar a primeira legislação brasileira de incentivos fiscais à cultura a fim de promover essa valorização. Muitas de suas ideias a respeito disso estão presentes na obra *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura* de sua autoria, mas organizado pela sua esposa Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Conforme discutido por Rosa, e mencionado por George Kornis em sua crítica *A cultura no pensamento (e na ação) de Celso Furtado: desenvolvimento, criatividade, tradição e inovação*:

“(…) há uma delimitação de quatro momentos da extensa reflexão de Furtado no campo da cultura. O primeiro deles data dos anos 1970 e sua obra síntese é o livro *Criatividade e dependência na civilização industrial*, publicado originalmente em 1978. O segundo momento situa-se no período compreendido entre 1986 e 1988, quando Furtado foi ministro da Cultura no governo Sarney. O terceiro diz respeito ao período compreendido entre os anos de 1992 e 1995, quando a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (CMCD) da ONU-Unesco reuniu, além de Furtado, um conjunto de intelectuais do porte de Amartya Sen (Prêmio Nobel de Economia-1998) e Elie Wiesel (Prêmio Nobel da Paz-1986). O quarto e

último momento se dá em 1997, quando Furtado ingressa na Academia Brasileira de Letras, instituição na qual profere um conjunto de conferências cujos textos integram a coletânea em análise.” (KORNIS, 2013, p. 165/166)

Sendo assim, fica claro que o tema cultura esteve presente em toda sua vida das mais diversas maneiras. Apesar de sua obra ser principalmente lembrada por conta de suas discussões sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, ao se considerar que o mesmo aponta a valorização da cultura nacional como a possibilitadora da superação do subdesenvolvimento brasileiro, é essencial entender como o mesmo enxergava a cultura nacional e como deveria se dar essa valorização.

É válido entender como Furtado enxergava a cultura durante esses quatro momentos distintos que foram destacados, e principalmente quando ocupou o cargo de Ministro da Cultura do Brasil, uma vez que ocupando esse cargo pôde de fato pôr em prática coisas que foram amplamente discutidas em sua literatura, ou pelo menos pleitear que as mesmas fossem implementadas ou alcançassem o debate público de sua época.

O objetivo principal desse trabalho é, portanto, analisar os posicionamentos de Celso Furtado no que diz respeito ao tema cultura que foram formados durante toda sua vida e sua obra, algo que foi bastante recorrente apesar de não ser o ponto mais lembrado de sua vasta literatura pela maior parte dos estudos. E ao trazer para a análise posicionamentos de diversos autores que abordaram o tema, além de trechos originais da obra de Furtado, é possível formar uma discussão relevante que busque incrementar o debate na área. Além disso, devido ao trabalho propor uma análise tanto de suas ideias escritas e que estejam presente em sua literatura e em seus discursos, como também trazer a tona o que ele conseguiu por de fato em prática ou levar ao debate público no âmbito governamental quando ocupava o cargo de Ministro da Cultura, fica claro o propósito de ponderação de como as suas ideias impactavam o mundo real, o que é de grande importância para a economia.

A hipótese assumida acaba por ser a de que para Celso Furtado a valorização da cultura nacional é o caminho para a superação do subdesenvolvimento brasileiro, uma vez que o mesmo não enxerga o subdesenvolvimento como uma etapa para se alcançar o desenvolvimento. Partindo disso, é justificada toda a análise feita no trabalho, de entender como Furtado enxergava essa cultura nos pormenores e o que deveria ser mudado no Brasil para se alcançar sua valorização, bem como o que seria sua constituição como representatividade das necessidades brasileiras para alcançar o desenvolvimento.

A importância desse trabalho acaba por ser fundamentada em dois pontos principais: o primeiro é o de que o tema é pouco explorado quando se pega a totalidade da obra de Celso Furtado, e isso é motivado principalmente pela abrangência dos temas que o mesmo brilhantemente trabalhou durante toda sua vida. Sendo assim um trabalho que busque incrementar o debate sobre a visão de cultura que Furtado teria, trazendo diversos posicionamentos de alguns outros autores que discutiram sobre o tema, já é uma contribuição para a área.

O segundo ponto é a conotação que a cultura nacional e sua valorização atingiu em tempos recentes na governabilidade brasileira, principalmente devido a extinção do Ministério da Cultura. Isso apontaria para um ponto de que a cultura brasileira teria sofrido um rebaixamento de valor para a sua sociedade, ou seja, de que teria se tornado menos importante para o país. Ao o trabalho propor uma análise de como Celso Furtado enxergava a cultura e de como a mesma seria importante para o Brasil alcançar o desenvolvimento em sua visão, fica uma boa justificativa para o tema ser discutido, já que acabaria por ser uma espécie de contraponto ao cenário hodierno.

Além disso, tem-se o fato de que Furtado foi o 3º Ministro da Cultura do Brasil, e com a extinção desse ministério seus feitos enquanto ministro acabam por ser cada vez mais apagados da história, bem como toda sua defesa de valorização da cultura nacional, e então um trabalho que foque em rebuscar esses pontos é um incremento para confirmar a relevância que o tema continua tendo.

Tendo em consideração tudo o que foi dito acima, o presente trabalho será composto por três capítulos de discussão do tema, e a separação desses capítulos se dará no seguinte formato: o primeiro capítulo buscará trazer uma exposição de como Furtado enxergava a cultura em sua essência, principalmente fazendo uso de trechos de seu livro *Criatividade e dependência na civilização industrial* e fazendo uso da análise proposta pela obra *O conceito de cultura em Celso Furtado* de César R. S. Bolaño, trazendo também considerações e opiniões sobre seus posicionamentos; o segundo capítulo focará no Furtado como Ministro da Cultura do Brasil, mostrando o que ele realmente conseguiu fazer no cargo e o que buscou fazer, e para isso será usado principalmente a obra *Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura* organizado pela autora Rosa Freire d'Aguiar Furtado; o terceiro capítulo será um desfecho ao trabalho, trazendo uma análise própria do tema e pontos importantes de outros autores que escreveram sobre as considerações de Celso Furtado sobre a cultura. Por fim,

serão feitas as considerações finais, a fim de sintetizar todos os principais pontos discutidos e propor possíveis desfechos necessários para o presente trabalho.

2. A cultura para Celso Furtado

2.1 A civilização industrial e sua difusão cultural

Inicialmente para abrir a discussão desse tópico, é preciso deixar clara a distinção que Celso Furtado faz sobre a forma de cultura promovida pela difusão cultural do sistema capitalista nos países subdesenvolvidos, a mesma advinda dos países que foram o berço da revolução industrial que desencadeou esse processo. Nesses países berços a formação cultural respeitou as particularidades de suas sociedades e foi moldada pela mesma, então por isso foi possível alcançar o desenvolvimento econômico. Ao exportar essa cultura, o que pode se chamar de cultura estrangeira, e incorporar nacionalmente há então uma incompatibilidade com os moldes que seriam necessários para promover o desenvolvimento econômico. No trecho abaixo reproduzido de *Criatividade e dependência* é possível perceber como Furtado descreve a formação dessa cultura nos países berços:

“Na sociedade que emergiu dessas transformações, as atividades econômicas assumiram considerável autonomia e passaram a desempenhar papel determinante em todas as dimensões da cultura. Acumular, ampliar o excedente vieram a constituir objetivos em si mesmos, considerando-se como ‘racional’ a eliminação de todo obstáculo à eficiência produtiva. A revolução industrial confunde-se com a fixação definitiva dessa nova ordem social, na qual não somente a força física mas também a capacidade intelectual do homem tendem a subordinar-se crescentemente a critérios mercantis.” (FURTADO, 1978, p. 38).

Valendo-se dessa distinção, fica fácil entender o que César Bolaño escreve em seu livro *O conceito de cultura em Celso Furtado* quando analisa uma passagem de Furtado tratando do assunto, já que conforme ele “a implantação da divisão internacional do trabalho definida no contexto da hegemonia do capitalismo inglês (...) habilitou as elites locais dos países da periferia a ‘seguir de perto os padrões de consumo do centro(...)’.” (BOLAÑO, 2015, p. 176). Como esses países da periferia estavam seguindo os padrões de consumo estrangeiros, acabavam portanto por incorporar uma cultura estrangeira como se fosse natural, e com isso tem-se a consolidação do subdesenvolvimento, uma vez que o excedente que fosse produzido não seria direcionado para a criação de capital e promoção do progresso técnico

conforme ocorreu no processo dos países bases, mas sim acabaria por ser utilizado para financiar esse novo padrão de consumo que acompanhava a cultura estrangeira difundida.

Tendo isso em vista, é possível perceber porque essa difusão de uma cultura estrangeira que se deu com o sistema capitalista torna incompatível enxergar o subdesenvolvimento como uma etapa para se alcançar o desenvolvimento na visão de Furtado, já que não sobra espaço para a percepção das necessidades nacionais e nem promove a criatividade da industrial nacional que só replica produtos para alimentar o ciclo. Ou seja, basicamente o jeito que a industrialização se deu nos países subdesenvolvidos, a qual caracterizada pela substituição de importações, é só para se moldar ao perfil de demanda promovido pela introdução desses novos padrões de consumo, e não como resultado direto do progresso técnico ou como produto de uma mudança da cultura nacional em sua essência. É perceptível, portanto, que está ocorrendo um processo de dominação cultural, uma vez que a cultura nacional está sendo subjulgada para absorver uma cultura estrangeira como se fosse natural.

É a partir dessa diferenciação inicial que começa a se compreender o que Furtado enxerga como cultura nacional e como a mesma deveria ser formada. Mas antes de se aprofundar no tema de fato vale destacar uma percepção importantíssima sobre criatividade que surgiu nesse meio e é a grande responsável por guiar o progresso técnico, e que conforme Furtado é uma espécie de fruto da cultura desses países bases:

“Na cultura surgida da revolução burguesa, a racionalidade é um desses moldes ou estruturas implícitas que ordenam e submetem a criatividade. Max Weber nos advertiu para a importante linha demarcatória que nessa cultura diferencia a racionalidade com respeito aos meios da atividade social, daquela que concerne aos fins da ação humana.” (FURTADO, 1978, p. 83).

“De uma maneira geral, todas as formas que assume a criatividade humana podem ser postas a serviço do processo de acumulação. Mas são aquelas cujos resultados são por natureza cumulativos – a ciência e a tecnologia – que melhor satisfazem as exigências desse processo, o que lhes vale o lugar privilegiado que ocupam na civilização industrial.” (FURTADO, 1978, p.85).

A criatividade portanto, que se manifesta principalmente através dos progressos na ciência e na tecnologia e que é fruto da revolução burguesa ocorrida nesses países bases desenvolvidos, é essencial para a civilização industrial que surgiu com a difusão do sistema capitalista. Todavia, o impacto que a mesma tem por causa desse sistema é contraditório, uma vez que “inovação e criatividade estão relacionados com a capacidade que têm determinados grupos sociais de impor seus interesses aos demais, promovendo uma ruptura no plano de racionalidade.” (BOLANHO, 2015, p. 185). Ou seja, a criatividade acaba sendo uma ferramenta de poder, onde um determinado grupo social detentor da mesma (a burguesia) acaba submetendo o restante da sociedade excludente às suas decisões, e é exatamente esse grupo que acaba por promover a acumulação de capital e ser responsável pelo desenvolvimento industrial, e como os mesmos têm esse poder acabam por ditar o padrão de consumo da sociedade conforme foi anteriormente mencionado. Concomitantemente a esse ponto, Furtado argumenta o seguinte:

“A relação de forças entre grupos e classes sociais que emergiu nas economias centrais e, a partir dos últimos decênios do século passado, anulou as tendências inerentes ao sistema capitalista para a concentração de renda, não conduz os mesmos resultados em face das modificações que estão ocorrendo no processo de apropriação do excedente. Sob a influência dos grupos que exercem tutela cultural, canalizam-se as preferências para as formas invisíveis de renda ligadas à posse de determinadas riquezas. A manipulação dos bens e serviços ‘raros’ permite introduzir fortes discriminações nos preços, dando origem a um poderoso instrumento de captação de excedente. Os preços relativos que emergem dessa nova constelação de forças constituem a base para a medição da produtividade do trabalho nos setores de produção de bens e serviços de uso geral, onde se concentra a massa trabalhadora. A luta pela elevação dos salários reais nestes setores gera pressão inflacionária, se pretende ir mais longe do que corresponde às elevações de produtividade medidas com base nos preços relativos. Ora, sobre estes pesam os grupos que têm a iniciativa da inovação e estão em condições de manipular a racionalidade dos fins”. (FURTADO, 1978, p. 99).

Com isso fica claro que nessas economias centrais que foram responsáveis por esse desenvolvimento industrial, apesar da concentração de renda do capitalismo ter sido posta de

lado, estava havendo uma apropriação do excedente pelas classes que tinham a iniciativa da inovação (novamente, a burguesia), deixando as massas trabalhadoras que eram obrigadas a se adaptar ao novo padrão de consumo introduzido em uma luta constante pela elevação dos salários reais. E isso, conforme Furtado, está associado com dois fatores “perda de eficácia das formas tradicionais de luta das classes assalariadas” e “declínio do Estado como centro impulsor e regulador do sistema econômico” (FURTADO, 1978, p.99). Se essas profundas transformações que ocorreram na estrutura social dos países centrais - ou bases - foram responsáveis por fazerem os mesmos a alcançar o desenvolvimento econômico, o porquê o mesmo não ocorria nos países periféricos que tiveram como característica nessa difusão do capitalismo uma absorção da cultura e dos padrões de consumo estrangeiros originada nesses países centrais?

De acordo com Bolaño, referenciando uma citação de Furtado “(...) a substituição de importações implica que ‘a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim o perfil de demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade’” (BOLAÑO, 2015, p. 178). Ou seja, devido ao fato da industrialização dos países periféricos ter sido por substituição de importações, a tecnologia necessária para o desenvolvimento industrial que levaria ao desenvolvimento econômico não era produto do meio, e sim apenas alcançada por uma adaptação da elite ao perfil de demanda imposto pelos países centrais. E assim a “dependência cultural implica, num momento subsequente, dependência tecnológica, que se materializa na matriz industrial nacional e impacta profundamente todo o campo econômico, condicionando a luta de classes” (BOLAÑO, 2015, p. 178).

Isso gera, nos países periféricos, uma problemática já que leva a uma perpetuidade de um ciclo onde o desenvolvimento tecnológico serve apenas como uma resposta momentânea à alteração no perfil de consumo da sociedade. E de certa maneira a sociedade sempre irá incorporar o padrão de consumo difundido pelo sistema capitalista e que é imposto pelos países centrais, nunca tendo uma resposta para criar um padrão de consumo próprio que fosse ideal nos moldes do consumo nacional. E é exatamente por conta desse fator que Furtado não enxerga o subdesenvolvimento como uma etapa para se alcançar o desenvolvimento, onde o mesmo acabaria por ser perpetuado em todos os países periféricos que tiveram o mesmo padrão de industrialização.

E tendo isso em consideração, é possível entender o porque de Celso Furtado buscar compreender a cultura como essência, pois é apenas quando o país consegue compreender

suas necessidades internas de consumo e buscar desenvolver a industrial nacional baseada nesses preceitos que é possível alcançar o desenvolvimento. Então, a valorização de uma cultura nacional, a qual incorporaria todos as necessidades reais da nação em todos esses parâmetros, seria o único passo para uma nação subdesenvolvida ir de encontro ao desenvolvimento, quebrando o mecanismo perpetuador que absorve padrões de consumo estrangeiros. De acordo com Furtado:

“(...) a luta contra a dependência não é senão um aspecto do processo de desenvolvimento, e este não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo. Quiçá o aspecto mais negativo da tutela dos sistemas de produção na Periferia, pelas transnacionais, esteja na transformação dos quadros dirigentes em simples correias de transmissão de valores culturais gerados no exterior. O sistema dependente perde a faculdade de conceber os próprios fins. Esta a razão pela qual o autoritarismo político a ele se adapta como uma luva. Dependência econômica, tutela cultural e autoritarismo político se completam e reforçam mutuamente.” (FURTADO, 1978, p. 125).

De certo, ir contra a dependência cultural ou econômica é o principal ponto para se chegar ao desenvolvimento econômico. E isso só é possível de ser alcançado com a capacidade criativa da sociedade, que busca mutualmente caminhos para se desenvolver e criar o seu próprio padrão de consumo. Mas ao se fazer isso, está em movimento contrário ao previsto pela civilização industrial, que para se difundir necessitou que esses países periféricos fossem dependentes culturalmente para que a produção fosse escoada e o capital fosse gerado nos países centrais.

E, conforme apontado por Furtado nesse trecho, as transnacionais tem um papel fundamental nesse processo, visto que são símbolos fundamentais tanto da dependência econômica, quanto da tutela cultural, uma vez que interferem na produção nacional dos países periféricos e estão vinculadas aos países centrais. Ou seja, o excedente gerado nessas condições voltam para os países centrais, e não são utilizados pelos países periféricos para promover transformações em sua indústria que pudessem gerar um avanço tecnológico real que atendessem as necessidades nacionais.

2.2 Entendendo a cultura nacional brasileira

Partindo, então, para uma caracterização mais centrada sobre a cultura brasileira, de acordo com Furtado: “a reflexão sobre as raízes da cultura brasileira deve partir da especificidade de Portugal no contexto do século XVI, um momento de intensa criatividade cultural na Europa, onde dois poderosos impulsos convergentes formarão ‘o ponto de partida da ascensão de uma cultura – a européia – a uma posição dominante mundial’: o aprofundamento do horizonte de conhecimentos e a expansão do espaço geográfico.” (BOLAÑO, 2015, p. 228).

Contextualizando, o Brasil foi uma peça fundamental para Portugal se inserir no cenário comercial europeu da época como potência, visto que aqui foi instaurado todo o aparato tecnológico para a produção de açúcar que garantiu aos portugueses “um monopólio que só será rompido depois que os holandeses, expulsos do Nordeste brasileiro, instalam-se nas Antilhas, com seu capital e o conhecimento de que agora dispunham” (BOLAÑO, 2015, p. 233). Apesar disso, quando há a revolução industrial européia, o cenário se altera pois Portugal não é mais tido como potência e toda a produção industrial brasileira é adaptada para se adequar ao novo modelo difundido pelo sistema capitalista. Mas, como herança desse domínio português, o Brasil fica inserido no contexto global como um país especializado em produção agrícola para exportação.

Tendo em consideração o que foi dito no subtópico 2.1 do presente estudo no que diz respeito a divisão internacional do trabalho que surgiu com a civilização industrial, é condizente apontar que para um país especializado em produção agrícola seria possível acesso a tecnologia para se adequar aos produtos de consumo demandados por sua sociedade (industrialização por substituição de importação). Então, de acordo com esse cenário, é relevante apontar “a assimetria cultural da sociedade brasileira, numa situação de expansão da demanda internacional que garantia ‘vantagens comparativas estáticas criadas pela especialização’, facilitava a importação de bens sofisticados por parte de uma elite cada vez mais identificada com os valores externos.” (BOLAÑO, 2015, p. 235).

Identificado esse aspecto, é possível aferir um ponto fundamental para toda a análise posterior que será feita sobre a cultura brasileira: “esse comportamento imitativo das elites nacionais, decorrente da adesão à ‘modernização dependente’ terá como corolário a redução da cultura do povo brasileiro a ‘uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não européia e recusando-se valia à sua criatividade artística’” (BOLAÑO, 2015, p. 235) .

Então, fica claro que as elites nacionais, responsáveis diretas pelo processo de industrialização brasileira, desprezavam a herança cultural de berço brasileiro em favorecimento dessa cultura estrangeira que era difundida. Isso indica o principal ponto da problemática que gira em torno da valorização da cultura nacional, uma vez que os próprios brasileiros que eram responsáveis pelo desenvolvimento industrial desprezavam suas raízes, o que tornava uma tarefa árdua buscar essa valorização e buscar que a própria criatividade do brasileiro desse rumo ao seu desenvolvimento tecnológico, de tal forma que fosse constituído um cenário que promovesse o desenvolvimento econômico.

É nesse exato momento que surge, de acordo com Furtado, o fundamento de “preservar a identidade cultural, sem o que ‘seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos’” (BOLAÑO, 2015, p. 240). Somente com a preservação de sua identidade cultural, e sua consequente valorização, seria possível ao Brasil dar os passos que levariam o país em busca de mudanças estruturais que perpetuavam o subdesenvolvimento nacional. Ainda nesse ponto, de acordo com Bolaño:

“Para superar as dificuldades em relação à necessidade de subordinar a lógica dos meios àquela dos fins, é crucial a organização da vontade coletiva na busca da identidade cultural própria. Nesse sentido, a autonomia cultural é essencial e, portanto, a política cultural é elemento estratégico, estruturador da política de desenvolvimento.” (BOLAÑO, 2015, p. 241).

Ou seja, a valorização da cultura nacional deveria partir de uma vontade coletiva da sociedade. E essa vontade coletiva deveria ser orientada por uma política cultural que buscasse uma virada no modelo que perpetuava a cultura estrangeira como caminho, e, ao fazer isso, essa política cultural seria considerada uma política de desenvolvimento, visto que teria como objetivo orientar as vontades nacionais em busca do desenvolvimento econômico.

Então é possível apontar o posicionamento de Furtado de que a cultura brasileira deveria orientar o debate político pois a mesma seria o passo necessário para o Brasil dar a virada que superasse o subdesenvolvimento nacional em busca do desenvolvimento. Também é veemente apontado por Furtado a criatividade do povo brasileiro como um ponto essencial para se atingir essa mudança de paradigma, pois somente o povo brasileiro entenderia suas reais necessidades e buscaria intermante em suas características a criatividade para alcançá-las.

Vale reforçar que esse ponto da criatividade do povo brasileiro é essencial para o debate, uma vez que conforme mostrado por Furtado e mencionado anteriormente no que diz respeito aos países centrais da civilização industrial que o grau de desenvolvimento dos mesmos foi alcançado principalmente porque a criatividade surgiu como resposta as necessidades impostas pelo meio. Então, o mesmo deveria ocorrer nos países periféricos, como é o caso do Brasil, para que o subdesenvolvimento fosse superado. Mas vale mencionar que por conta das circunstâncias, esse processo não seria natural como foi nos países centrais, e é nesse ponto que se faz necessário o reforço da existência de uma política cultural que oriente e fomenta a valorização dessa cultura nacional, a qual tem como um dos elementos constituintes mais fundamentais a criatividade.

De acordo com Furtado, no que diz respeito a formação da civilização industrial, é relevante trazer o seguinte ponto:

“(...) a civilização industrial é a resultante da convergência de dois processos de criatividade cultural: a revolução burguesa e a revolução científica. Revolução burguesa entendida como imposição da racionalidade instrumental à organização da produção, e revolução científica como predominância da visão da natureza como sistema dotado de uma estrutura racional, escrita em caracteres geométricos, segundo a expressão de Galileu. A interação entre esses dois processos está longe de ser evidente, particularmente nas fases iniciais. É este um tema que continua a desafiar a argúcia dos que se interessam por deslindar as fontes primárias da civilização industrial.” (FURTADO, 1978, p. 155)

Diante desse caminho, é possível destrinchar que a revolução burguesa ocorrida no Brasil, que levou ao processo de industrialização no formato em que se deu, apesar de acompanhar o cenário proposto com o advento da civilização industrial, não foi acompanhado por uma revolução científica que respeitasse as necessidades nacionais. Ou seja, as inovações tecnológicas surgiam como uma resposta imediata a alterações nos padrões de consumo da burguesia. Sendo assim, a convergência necessária entre revolução burguesa e revolução científica que levaria ao desenvolvimento seria evitada no Brasil e nos demais países periféricos do sistema capitalista, apesar de se encaixarem no processo previsto pela civilização industrial.

Então, é perceptível a necessidade de que as inovações tecnológicas deveriam passar por um processo de orientação que levasse as mesmas de encontro com as necessidades estruturais do Brasil. E esse processo de orientação deveria ser através de uma política cultural de valorização da criatividade nacional, uma vez que a mesma não surgiria espontaneamente no ciclo perpetuado de substituição de importações.

Mas essa criatividade, apesar de estar orientada principalmente para promover incrementos no campo da ciência e tecnologia, o qual é o que tem impacto imediato na indústria nacional, não necessariamente deveriam ser limitados a esse campo. Como a criatividade surge em meio a cultura, essa cultura é caracterizada por ser ampla e abranger os mais diversos campos, como a arte, a educação, os regionalismos e tantos outros. Sendo assim, é impossível que a criatividade seja espontânea e uma resposta às necessidades nacionais se a mesma for motivada a promover unicamente inovações tecnológicas. Para justificar esse ponto, vale a seguinte reflexão feita por Furtado:

“A criatividade como liberdade corresponde a um ato de afirmação pessoal que vincula moralmente quem cria a sua obra. Deste ponto de vista, grande parte da atividade criadora no campo da ciência e da técnica tendeu a descaracterizar-se, o que explica o estado de desgarramento moral de muitos cientistas contemporâneos. A incapacidade do homem de simplesmente entender o que criou constitui a manifestação mais dramática de sua alienação, no sentido de perda de identidade.(...)” (FURTADO, 1978, p. 165)

Essa alienação, apesar de ser mencionada em um sentido amplo por Furtado, é perceptível quando as alterações no setor industrial brasileiro só se dariam por alterações nos padrões de consumo da elite. Ou seja, estaria se criando um novo produto apenas por uma necessidade impositiva de uma cultura estrangeira, sem entender a motivação por trás dessa criação. E isso promove o cenário de perda de identidade nacional, uma vez que os produtos não materializariam as reais necessidades nacionais de consumo. Ainda nesse ponto, Furtado discorre:

“(…) Que toda inovação tecnológica tende a difundir-se, é algo inerente à civilização industrial. Essa difusão tanto se dá horizontalmente – mediante a imitação, a concorrência, o efeito da nova técnica sobre outras que lhe são complementares ou substitutivas – como verticalmente mediante a

ampliação dos mercados, o que requer a adaptação dos novos produtos a clientelas financeiramente menos resistentes.(...)” (FURTADO, 1978, p. 165)

É interessante notar o ponto que Furtado traz para a discussão a respeito desse processo de difusão tecnológica que ocorreu com a civilização industrial. Uma vez que para se ter ampliação de mercados, apesar de respeitado o cenário de divisão internacional do trabalho, é necessário que se tenha clientes para escoar a produção, e necessariamente esses clientes devem ser “financeiramente menos resistentes”. Isso reforça uma ideia de que a totalidade dos países periféricos jamais alcançaria o desenvolvimento econômico, uma vez que nessa escoação da produção estaria intrínseco a imposição da cultura nacional em ambiente estrangeiro, a fim de promover alterações nos padrões de consumo estrangeiro.

Todavia, apesar de pressupor que o desenvolvimento econômico não seria alcançado pela totalidade dos países periféricos, isso não altera em nada a necessidade de alteração da realidade brasileira. A busca pela superação do subdesenvolvimento brasileiro, para Furtado, deveria orientar a política nacional, e esse processo se daria principalmente pela valorização da cultura nacional que daria significado aos rumos que o setor industrial tomaria, onde assim seriam respeitadas as condições para que o país alcançasse o desenvolvimento pleitado.

Para dar um desfecho a este capítulo, ao Furtado sinalizar que o debate político da época deveria buscar a valorização da cultura nacional para que o desenvolvimento econômico fosse alcançado, se atinge o ponto fundamental para justificar a necessidade do próximo capítulo deste presente trabalho, que é o de entender como as suas determinações em respeito a cultura estariam relacionadas com suas práticas políticas, uma vez que o mesmo exerceu diversos cargos públicos e inclusive o cargo de Ministro da Cultura do Brasil.

3. Celso Furtado: o 3º Ministro da Cultura do Brasil

Para iniciar a discussão desse capítulo, vale apontar as considerações feitas por Bruno Borja em seu artigo *Desenvolvimento e política cultural: reflexões de Celso Furtado no caminho do Ministério da Cultura*:

“Amplamente reconhecido como um dos economistas mais importantes da história brasileira, Celso Furtado ainda é pouco conhecido por suas reflexões no campo da política cultural. Mesmo tendo assumido o Ministério da Cultura (MinC) e dedicado grande parte de sua obra teórica e histórica para construir uma interpretação original sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, ainda paira sobre ele o estigma do economista, bloqueando, por vezes, uma compreensão mais totalizante de sua trajetória política e de sua produção intelectual” (BORJA, 2019, p. 40).

Diante disso, é notável perceber que é fundamental, além de compreender as discussões que Furtado faz sobre a superação do subdesenvolvimento nacional através da valorização da cultura, entender seus posicionamentos a respeito de política cultural até o mesmo chegar ao cargo de Ministro da Cultura e também discorrer sobre os posicionamentos explicitados (e executados) por ele durante o período que ocupou tal cargo.

Como dito por Borja (2019), por Furtado carregar um estigma de economista acaba por ocorrer que muitas vezes suas contribuições no campo político são quase que desconsideradas. Mas, de certa forma, essas contribuições são essenciais para se entender o seu pensamento, uma vez que simbolizam o período do “fazer político” em complemento a grande teorização econômica que caracteriza a sua vida e obra.

É nesse momento que se prova essencial a obra *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura* de 2012 organizada por Rosa Freire d’Aguiar Furtado que evidencia um ponto fundamental da vida de Celso Furtado que é pouco discutido em análises de sua obra, as quais focam majoritariamente nas discussões econômicas propostas por ele. Conforme apontado por César Bolaño:

“ O pouco material organizado de que dispomos (...) sobre o período em que esteve à frente do Ministério da Cultura é o que foi felizmente publicado na segunda parte de Furtado (2012, p. 51). As próprias características do

material (pequenos discursos, rápidas apresentações de propostas, políticas, eventos), obrigando o autor a sintetizar ao máximo suas ideias, facilita o acesso às linhas mestras da sua economia política da cultura (...)” (BOLAÑO, 2015, p. 262).

Ou seja, apesar de sua obra ser recheada de discussões sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, “Furtado não havia até então avançado para uma reflexão sobre a política cultural em sentido estrito. Somente nos anos 1980 encontramos suas primeiras abordagens ao tema (...)” (BORJA, 2019, p. 49). Isso indica que só então ele começou a perceber que suas teorias sobre a valorização da cultura nacional deveriam orientar uma política cultural que buscasse superar o subdesenvolvimento brasileiro.

Pode-se dizer que uma de suas primeiras contribuições nessa esfera se dá em abril de 1984 durante o I Encontro Nacional de Política Cultural, o qual ocorreu em Belo Horizonte e foi promovido por José Aparecido de Oliveira, então secretário da cultura de Minas Gerais. Tal encontro reuniu “secretários estaduais de Cultura, somados a vários dirigentes de instituições culturais das três esferas do governo e a um grande número de artistas e intelectuais” (KORNIS, 2013, p. 167). A finalidade desse encontro era discutir a criação do Ministério da Cultura, em uma perspectiva de crise com o possível fim da ditadura militar e com o objetivo de promover a reconstrução democrática do Brasil.

Durante esse encontro, Furtado evidencia toda as suas discussões que estavam ocorrendo na época que relacionavam a cultura e o desenvolvimento e que o cenário deveria nortear a política cultural brasileira. Nesse ponto vale a transcrição de parte de seu discurso que consta na referida obra *Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura*:

“Em um país como o nosso, (...), em que os que detêm o poder parecem obcecados pela mais estreita lógica economicista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer simples fuga na utopia. Mas que é a utopia senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto ao homem? Esta ação de vanguarda constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise.” (FURTADO, [1984] 2012, p. 39)

Nesse trecho de seu discurso é possível perceber que Furtado enxergava o tom político da época a respeito de suas ideias como negativo, tratando a valorização da criatividade e da cultura como um caminho para se atingir o desenvolvimento de forma utópica, como se fosse algo puramente teórico, e ainda mais por se tratar de um período que estava ocorrendo o fim da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985) e uma consequente crise nacional em quase todas as esferas. Ainda seguindo para mais um trecho de seu discurso:

“Como preservar o gênio da nossa cultura, em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade de ação, nossa eficácia, também são vetores de valores que com frequência mutilam nossa identidade cultural?” (FURTADO, [1984] 2012, p.40)

E isso materializa a discussão que foi feita no capítulo anterior deste presente trabalho no que diz respeito a valorização da cultura nacional em frente a uma cultura estrangeira imposta pela difusão da civilização industrial nos países periféricos, como é o caso do Brasil. Como valorizar a criatividade de nossa sociedade para criar técnicas que respeitem as necessidades nacionais em busca do desenvolvimento se ao mesmo tempo as técnicas existentes podem destruir a nossa identidade cultural?

De acordo com Bruno Borja, “esse é um dos pontos cruciais de sua interpretação da dependência cultural: a relação entre progresso técnico desenvolvido pelos países dominantes e sua assimilação pelos países dependentes.” (BORJA, 2019, p.49). Como argumentado anteriormente, as técnicas estrangeiras que acompanham essa cultura estrangeira são criadas em uma realidade distinta e aplicadas nos países periféricos, principalmente pela existência das transnacionais. E isso acaba por perpetuar o subdesenvolvimento nesses países, uma vez que não se moldam às suas necessidades reais.

Então, é preciso fazer algo na política cultural que cesse os impactos negativos gerados pela absorção dessa cultura estrangeira, “evitando que uma avalanche de bens culturais importados sufoque a criatividade cultural” (BORJA, 2019, p.49). Para Furtado, o objetivo central da política cultural então deveria ser a valorização da criatividade nacional para que fosse alcançado o caminho da inovação, que seria o passo primordial em busca do desenvolvimento. Isso simbolizaria uma mudança de objetivo da política cultural da época, que buscava apenas facilitar o consumo desses bens culturais estrangeiros de forma contínua.

Durante as discussões que faz nesse período, Furtado levanta um ponto importante relacionando a divisão internacional do trabalho promovida pelo sistema capitalista e a

indústria do que ele chama de bens culturais, que seria essa absorção da cultura estrangeira pelos países periféricos. Ele aponta, então, que “alguns países são produtores de bens culturais e outros são relegados ao papel passivo de consumidores da cultura alheia, tendo sua identidade cultural constantemente deslocada” (BORJA, 2019, p. 50). E mais uma vez entramos no ponto que coloca em evidência a dualidade cultura nacional e cultura estrangeira, e como a absorção dessa cultura estrangeira sufoca a cultura nacional.

Um pouco menos de dois anos depois desse encontro, no dia 14 de fevereiro de 1986, Celso Furtado assume o cargo de 3º Ministro da Cultura do Brasil durante o governo de José Sarney, que foi o primeiro governo democrático após o fim da ditadura militar. Nesse ponto vale mencionar duas coisas fundamentais para entender o contexto desse cargo: a primeira é que o Ministério da Cultura surgiu exatamente durante o governo de Sarney, visto que antes havia a existência do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A segunda é que Furtado, foi o terceiro ministro a ocupar esse cargo durante o mesmo mandato presidencial de Sarney, sendo seus antecessores José Aparecido de Oliveira e Aluísio Pimenta.

É então fundamental aprofundar em uma visão do papel que a relação desse processo de redemocratização e a questão cultural teriam em um projeto de governo que promovesse o desenvolvimento econômico nacional, de acordo com Furtado. Para tanto, vale o uso de trechos da obra *Diários intermitentes, 1937 – 2002* organizada também por Rosa Freire d’Aguiar Furtado e publicada em 2019 com base em documentos escritos por Celso Furtado durante sua vida. Esse uso seria essencial para expor seus pensamentos do período que antecedia sua posse como ministro, e seu período no cargo propriamente dito. Para tanto, faz sentido introduzir com o seguinte trecho:

“Existem duas visões do possível futuro governo. Uns veem nele uma simples transição. Sendo a expressão de uma ‘aliança’ de forças políticas disparatadas, dele não se pode esperar muito. Tudo estará decidido pela preocupação da reinstitucionalização, a Constituinte. Outros afirmam que, sendo caótica a situação do país, será necessário atacar de frente e imediatamente os grandes problemas no nível da administração.(...)” (FURTADO, [1984] 2019)²

² FURTADO, Celso. FURTADO, Rosa Freire d’ Aguiar (Org.). **Diários intermitentes, 1937 – 2002**. São Paulo: Cia das Letras, 2019. [Capítulo publicado na Revista Piauí – edição 155, ago. de 2019 – como Caleidoscópio da abertura]. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/caleidoscopio-da-abertura/> >. Acesso em: 25 de junho de 2022

Essa passagem ilustra bem a visão de Furtado sobre a importância que o novo governo que estaria por começar teria para o Brasil. Enquanto parte do debate público o enxergava apenas como um ponto de transição e conjunção de forças políticas diversas, outra parte enxergava seu papel fundamental em resolver os grandes problemas administrativos do país que se encontrava em crise. Essa visão é importante para entender como Furtado estava envolvido com o movimento político antes mesmo de assumir o cargo de ministro, e de como o mesmo enxergava os caminhos que esse governo poderia tomar com esse processo de redemocratização. Debatendo sobre a política econômica que orientaria o governo, Furtado escreve:

“(…) É preciso que se compreenda, aqui e no estrangeiro, que a política econômica vai ser profundamente modificada e com seriedade. Temos que dar as costas à recessão e temos que combater a inflação com apoio da sociedade, com base em algo como um pacto social. Tudo isso tem que ser bem fundamentado, para que se perceba que estamos falando sério.(…) (FURTADO, [1984] 2019)

Essa ideia de apoio social para determinar os rumos das políticas do governo é essencial para compreender a importância do processo de redemocratização e toda a discussão que Furtado faz, que só a própria sociedade teria dimensão de suas necessidades e encontraria as respostas que levariam ao desenvolvimento econômico. Um governo que age sem apoio popular nas medidas praticadas dá uma visão de não ser um governo sério, seria um governo alheio a realidade da própria nação.

É nesse contexto de apoio social que surge a justificativa de orientação da política cultural quando o mesmo assume o cargo de Ministro da Cultura, mesmo tendo sido o terceiro ministro a ocupar tal cargo durante o governo em um curto espaço de tempo. Conforme Furtado argumenta, não fazia sentido para ele assumir um cargo no setor econômico-financeiro visto que não seria possível com os rumos que o governo estava tomando em sua formação grandes alterações nessa pauta. “Mas ainda, um cargo de ministro não acrescenta nenhum lustro à minha imagem, a menos que se tratasse de lutar por coisas maiores.” (FURTADO, [1984] 2019).

Como ele percebeu que não conseguiria promover mudanças fundamentais que alterassem o plano econômico-financeiro ao assumir um cargo na pauta, buscou então orientar a política cultural para que fosse alcançado o cenário de valorização da cultura nacional que o mesmo começa a realçar na época como um grande passo necessário a provocar mudanças que levariam o Brasil ao caminho do desenvolvimento econômico. Isso seria lutar por “coisas maiores”, que realmente teriam impacto para a sociedade brasileira em seu momento de fazer político.

Diante disso, teria-se a relação entre o processo de redemocratização, que traria de volta o apoio e participação fundamental da sociedade brasileira, e a cultura, que por meio da orientação dada a política cultural através do Ministério da Cultura, promoveria alterações essenciais nessa sociedade a fim de que a mesma encontrasse as soluções para superar a crise, e em um longo prazo, alcançasse o desenvolvimento econômico. Essas mudanças respeitariam principalmente as especificidades regionais que foram ignoradas pelo governo anterior, e também teriam como objetivo o germinamento de uma criatividade do povo brasileiro que promoveria verdadeiras mudanças para superação do subdesenvolvimento. Sendo assim, Furtado enxergou como uma associação entre o processo de redemocratização e a valorização da cultura nacional caminhar para promover mudanças fundamentais no Brasil, e também como um justificava a existência do outro.

Trazendo de volta a discussão sobre a especificidade do cargo de Ministro da Cultura, percebe-se que apesar de Celso Furtado ser um dos principais intelectuais na época a discutir sobre a cultura e a necessidade de criação de um Ministério da Cultura que orientasse a política cultural a fim de promover a valorização da cultura nacional, ele não foi o primeiro indicado ao cargo. De qualquer forma, vale mencionar um trecho do seu discurso de posse ao assumir o cargo:

“A mim muitas vezes me perguntaram, e eu mesmo me tenho formulado esta questão: o que é um Ministério da Cultura? E mesmo, o que é cultura? Vou tentar transmitir com simplicidade o fundo do meu pensamento sobre essas duas questões. Creio que isso poderá servir de ponto de partida para o diálogo que seguramente alimentará a nossa convivência.

Cultura, para mim, é a dimensão qualitativa de tudo que cria o homem. E o que tem sentido profundo para o homem é sempre qualitativo. É corrente que nos preocupemos com cultura, quando esta se apresenta em suas formas mais significativas, quando o qualitativo nos escolta o espírito. Os objetos de

arte, pelo fato de que incorporam uma mensagem que nos toca a sensibilidade, a imaginação, com frequência respondem a necessidade profundas de nosso espírito, aplacam nossa angústia de seres a um só tempo gregários e solitários. O homem, com seu gênio criativo, dá significação às coisas, e são essas coisas impregnadas de significação que constituem a nossa cultura”. (FURTADO, [1986] 2012, p. 51)

Essa definição que Furtado dá a cultura, usando como referência o homem e seu gênio criativo, norteará as suas ações ocupando o cargo em busca da valorização da cultura nacional e da mesma como favorecedora da criatividade. Conforme esperado pelo seus posicionamentos no I Encontro Nacional de Política Cultural, durante seu período como Ministro da Cultura “o tema produção cultural em sentido estrito, isso é, a cultura enquanto processo produtivo, ganhará centralidade” (BORJA, 2019, p. 50).

Furtado claramente defende que a política cultural seja orientada por um estímulo a produção cultural nacional, a fim de que a capacidade criativa do brasileiro seja impulsionada. “A política cultural, portanto, seria um dos elementos fundamentais de afirmação dos países dependentes no cenário de intensa globalização” (BORJA, 2019, p. 50). Isso obviamente faz sentido uma vez que somente batendo de frente com a dominação cultural promovida pelos países centrais é que seria possível desenvolver a cultura nacional, e isso só seria possível alterando a política cultural brasileira que até então era orientada no sentido de favorecer a absorção desses bens culturais estrangeiros sem questionamento dos impactos gerados.

Sabendo disso, tratar de Furtado enquanto ministro é ter a certeza dessa orientação no que diz respeito a política cultural, ou seja, da criação de políticas que incentivem a produção cultural nacional e dar a dimensão disso como representatividade para o desenvolvimento econômico. Daí faz juz usar o termo “economia da cultura” conforme mencionado por Bruno Borja (2019), uma vez que suas ações e seus pensamentos nesse período sempre eram voltados a envolver a cultura como expressão do desenvolvimento econômico brasileiro.

Diante desse cenário de orientar a política cultural acabou por encomendar, junto à Fundação João Pinheiro, o primeiro diagnóstico da cultura no Brasil. O mesmo foi um estudo pioneiro no que diz respeito a economia da cultura no país e serviu para dar um direcionamento para a pasta do Ministério da Cultura.

É nesse ponto que surge algo importante para entender o mandato de Furtado como ministro e de como o mesmo tentava nortear essa política cultural. Em 2 de julho de 1986 foi instituída a Lei nº 7.505, tida como Lei Sarney, a qual promovia incentivos fiscais a

cultura no Brasil. Essa lei é basicamente uma expressão de tudo que Furtado defendia, pois seu principal objetivo é promover a valorização da cultura nacional e, conseqüentemente, incentivar a criatividade do povo brasileiro. Para justificar a criação dessa lei, é interessante destacar o seguinte trecho em seus discursos sobre a mesma:

“O segredo das explosões de criatividade, observadas em certas épocas da história da humanidade, talvez resida nesse apoio dado pelos poderes públicos às correntes liberadoras de energia criativa. A criatividade existe sempre em estado virtual. Numa sociedade de desenvolvimento retardado, de enormes desigualdades, e caracterizada por múltiplas formas de depedência, o exercício da criatividade é com frequência limitado por toda sorte de constrangimentos, seja pela escassez de meios materiais, seja por estruturas de poder que aviltam o homem. Não basta eliminar estas últimas. Também é necessário que a ação dos poderes públicos reforce as correntes renovadoras. Este é o verdadeiro alcance da Lei Sarney” (FURTADO, 2012, p. 85)

De fato, conforme discutido anteriormente sobre a civilização industrial e de como o desenvolvimento econômico se deu nos países centrais, a criatividade foi impulsionada pelo poder público. Então a justificativa da Lei Sarney estaria exatamente em uma tentativa brasileira de buscar aflorar a criatividade de nossa sociedade, a fim de que a mesma gerasse frutos que mudassem a realidade nacional onde existiam enormes desigualdades sociais atreladas ao subdesenvolvimento.

Outro ponto interessante de se levar em consideração, novamente, é que no período imediatamente anterior ao governo de Sarney o Brasil viveu a ditadura militar, a qual foi responsável por censurar as atividades culturais no sentido mais extremo possível e provocou uma desvalorização da cultura nacional e de todos os meios que estivessem envolvidos com a mesma. Logo, uma lei que buscasse mudar esse panorama, trazendo uma possível valorização da cultura nacional era um sinal para a sociedade que a repressão teria acabado e sua liberdade de se expressar por meio da cultura seria algo bem visto pelo governo. Conforme discutido anteriormente, esse seria o ponto em que o processo de redemocratização e a cultura andariam juntos para nortear o governo em busca de um projeto de desenvolvimento.

Após a implementação dessa lei, Furtado participou da criação do Instituto da Promoção Cultural (IPC) que segundo o mesmo “foi concebido para dotar o Ministério de um estado-maior capaz de valorizar a dimensão econômica de nossos projetos, na medida em que

as atividades culturais devem ser observadas como um processo de produção” (FURTADO, 2012, p. 59). O IPC consistia praticamente de um quadro de especialistas que fariam estudos para mensurar o custo/benefício envolvidos na produção cultural, de forma a auxiliar o Ministério da Cultura em destinar os recursos para os parâmetros realmente necessários.

Sendo assim, é como se o IPC surgisse em decorrência de uma demanda que apareceu com a implementação da Lei Sarney, onde as duas coisas “se complementam num sistema inovador de financiamento das atividades culturais, com a intenção de dar maior autonomia à sociedade civil frente ao Estado” (BORJA, 2019, p. 51).

Antes de se aprofundar mais nos aspectos dessa política cultural, convém se fazer um balanço das realizações da gestão de Celso Furtado durante seu mandato no Ministério da Cultural, onde quatro diretrizes marcaram a sua gestão: “a preservação e o desenvolvimento do patrimônio cultural; o estímulo à produção cultural preservando a criatividade; o apoio à atividade cultural onde ela se apresenta como ruptura com respeito às correntes dominantes; e, finalmente, o estímulo à difusão e ao intercâmbio culturais visando democratizar o acesso ao nosso patrimônio e aos bens culturais no país e no exterior” (KORNIS, 2013, p. 169).

É perceptível que Furtado pôs em prática durante sua gestão tudo que vinha discutindo em sua obra nos anos que antecederam seu mandato. A postura de valorização da cultura nacional e de fornecer uma estrutura que fomentasse a criatividade vai de encontro com tudo que o mesmo havia discutido a respeito dos caminhos que levariam o Brasil ao desenvolvimento, superando o subdesenvolvimento e a consequente crise econômica que se encontrava a nação na época. E o mais importante é que levou esses tópicos ao debate político da época, o que é fundamental para que considerações econômicas idealizadas sejam testadas no mundo real e provoquem mudanças de cenários.

Já no que diz respeito ao aspecto mencionado anteriormente que relaciona patrimônio e criatividade:

“(…) o ponto central será a necessidade de compatibilizar a preservação do patrimônio (uma ação conservadora) com o incentivo às formas de ruptura típicas do ato criativo (uma ação transgressora). Furtado entende que todo ato de criação é alimentado pela herança cultural, mas, ao mesmo tempo, se preocupa com o peso da tradição, que pode sufocar as novas correntes criativas.” (BORJA, 2019, p. 51)

É uma contradição relevante, visto que a criatividade não será espontânea, mas sim embasada na herança cultura pré-existente. E não faz sentido abrir mão das conquistas que já foram adquiridas, as quais podem ser consideradas como patrimônios, em prol de uma necessidade de ruptura que é inerente ao ato criativo. Seria como abrir mão de todas as conquistas materializadas em detrimento de uma possibilidade de mudança, e é isso que justifica a necessidade de balancear as duas de forma que haja criatividade sem precisar apagar o que deu certo no passado.

Devido ao fato do mandato de Furtado ter sido exatamente no governo símbolo do processo de democratização do Brasil, toda essa valorização da cultura e da criatividade nacionais se torna ainda mais importante. Conforme Furtado diz em mais um trecho do seu discurso de posse:

“Criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude – eis a essência do que chamamos de democracia. Neste momento em que o Brasil se redemocratiza, grande é a responsabilidade deste Ministério, a quem cabe estimular a criatividade a serviço da melhoria da qualidade da vida do conjunto da população.” (FURTADO, [1986] 2012, p. 52)

Esse discurso é essencial para mostrar a ruptura que a democratização teria com o período de governabilidade anterior e também mostrar a importância do Ministério da Cultura frente a sociedade, uma vez que esse seria o responsável por fomentar a criatividade a qual seria o principal ponto para superar a crise e buscar o desenvolvimento econômico pretendido pela nação.

Além disso, Furtado valoriza algo essencial que foi desprezado durante o período de ditadura, que são as particularidades regionais do Brasil, principalmente no sentido cultural. “Essas diferenças são tidas como potencialidades da cultura nacional e deveriam ser objeto de promoção por parte da política cultural na busca de novos horizontes” (BORJA, 2019, p. 52). Pelo fato do Brasil ser um país continental, há uma diferenciação muito grande no sentido econômico e cultural entre suas regiões formadoras, então a avaliação de Furtado de que essas diferenças regionais deveriam ser levadas em conta na política cultural praticada é essencial, pois cada região conheceria sua própria realidade e buscaria soluções criativas para superar os obstáculos.

Em 28 de julho de 1988, Celso Furtado, que estava descontente com os acontecimentos políticos recentes e principalmente “tensionado pelo ataque do presidente da

República ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte” (FURTADO, 2012), acabou por abandonar a pasta da cultura e abrir mão de seu cargo como ministro. É importante notar que a avaliação das realizações de seu mandato como ministro não foram positivas frente à imprensa e à opinião pública no momento que deixou o cargo. Todavia, a problemática girava principalmente pelo fato da imprensa tratar a pasta da cultura como se fosse uma pasta de economia, e isso seria impulsionado principalmente pelo teor econômico característico presente na obra de Furtado e também pelas constantes participações do mesmo em outras pastas do governo, principalmente motivadas pelo período de instabilidade econômica que se vivia no Brasil e o lançamento do Plano Cruzado durante o governo de Sarney.

Por fim, vale mencionar que as realizações de Furtado como ministro serviram em muito para consolidar o Ministério da Cultura como necessário em um governo democrático, o que era constantemente posto em dúvida pela opinião pública. A sua luta pela valorização da cultura nacional, bem como da criatividade, principalmente simbolizada pela implementação da Lei Sarney, foi essencial para a continuação da pasta da cultura na governabilidade brasileira durante os governos posteriores. Apesar do árduo caminho para se por fim ao processo de dominação cultural que perpetuava o subdesenvolvimento brasileiro, passos eram necessários para que o cenário cultural brasileiro fosse mudado, e as contribuições de Furtado enquanto ministro colocaram o assunto no debate público e orientaram a política cultural brasileira nos anos posteriores.

Como desfecho desse capítulo, vale sintetizar que Furtado colocou de fato pontos da sua teoria sobre a cultura em prática durante seu mandato no Ministério da Cultura. Mas o aprofundamento dos pontos necessários para perpetuar a valorização da cultura nacional como caminho contínuo para quebrar o ciclo de dominação cultural dos países centrais foi comprometido se for considerado o longo prazo, principalmente pelo contexto político que esteve inserido seu mandato em um período de democratização do Brasil após um regime ditatorial duradouro que reprimiu a cultura veemente. Todavia, o fato de o mesmo colocar a pauta dentro do debate político da época e também fazer com que a mesma orientasse a política cultural foram pontos bastante positivos.

4. Uma análise sobre uma visão de cultura

A fim de dar um desfecho ao presente trabalho, é necessário fazer uma análise que leve em considerações os pontos levantados no que diz respeito ao subdesenvolvimento brasileiro e a perpetuação do mesmo pela dominação cultural promovida através da absorção cultural estrangeira difundida com a consolidação da civilização industrial, e como Celso Furtado, enquanto ocupante do cargo de Ministro da Cultura do Brasil, tentou levar os pontos levantados por ele em sua vasta obra para o “fazer político”, a fim de promover a valorização da cultura nacional como o elo de quebra desse ciclo de dominação cultural e também como responsável por incentivar a criatividade nacional, a qual seria o caminho para se alcançar o desenvolvimento econômico.

Primeiramente, é bom trazer para análise um ponto que Maria da Conceição Tavares, em seu livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, realça sobre o processo de industrialização por substituição de importação que ocorreu nos países periféricos da civilização industrial:

“(...) o termo ‘substituição de importações’ adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais. (...) O processo de substituição não visa diminuir o *quantum* de importação global; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição” (TAVARES, 1981, p. 38/39)

Sabendo desse ponto, é perceptível que no processo de substituição de importação que ocorreu no Brasil o objetivo não era suprimir completamente as importações motivadas pela mudança nos padrões de consumo da elite conforme apontado por Furtado, mas sim é um ciclo onde o país periférico vai ficando cada vez mais dependente das importações e, conseqüentemente, cada vez mais dependente dessa cultura estrangeira e de suas especificidades.

Isso é interessante pois mostra que a característica da industrialização por substituição de importação nunca é de fato promover um desenvolvimento econômico, visto que a dependência com os países estrangeiros é intrínseca ao modelo. Então, por mais que o Brasil fosse produzindo nacionalmente os produtos que eram demandados pelas alterações no padrão de consumo de sua elite, a mudança tecnológica do setor industrial responsável por essa produção nunca se fazia nos moldes realmente necessários para levar a um desenvolvimento econômico, sendo unicamente para suprimir uma necessidade de momento.

Com isso, facilita a explicação de porque, segundo Furtado, o principal motivador para a perduração do subdesenvolvimento brasileiro é a dependência cultural, a qual está atrelada a todo esse processo descrito acima. É por isso que as reflexões de Furtado sobre o tema “nos lembram a necessidade de lutar pela construção de uma identidade cultural autônoma neste mundo de crescente globalização, se opondo à dependência cultural” (BORJA, 2019, p. 54).

No sentido dessa industrialização por substituição de importação, ainda cabe mais um ponto a ser aprofundado no que diz respeito as transnacionais, as quais desempenham um papel fundamental nesse ciclo de dependência conforme apontado acima por Maria da Conceição Tavares. De acordo com Bruno Borja, no artigo *Celso Furtado e a cultura da dependência* de 2009:

“(...) na periferia, a presença das transnacionais intensificou a padronização do consumo, impondo a introdução de crescentes fluxos de novos produtos e novos processos produtivos elaborados no centro do sistema. Cabe ressaltar a força da propaganda e dos meios de comunicação em massa como instrumentos de insuflação ao consumo, bem como a grande repercussão da indústria cultural dominante nos países subdesenvolvidos.” (BORJA, 2009, p. 257)

A existência de transnacionais alimenta essa constante alteração nos padrões de consumo das elites dos países periféricos, e é inevitável a existência das mesmas porque o sistema capitalista é caracterizado pela divisão internacional do trabalho, e nada é mais simbólico dessa divisão do que as transnacionais, onde cada etapa do processo produtivo de um determinado produto é feita em um país diferente até se chegar ao resultado que é o produto final. Os países periféricos do sistema capitalista não conseguem se estruturar sem a existência das transnacionais, e esse é um dos principais pontos perpetuadores do subdesenvolvimento, uma vez que a inovação promovida é sempre uma resposta aos novos padrões de consumo.

Outro ponto interessante que surge nesse trecho é no que diz respeito a força da propaganda e dos meios de comunicação em massa. Ambos os aspectos são instrumentos importantes na propagação e na formação da cultura, e ambos foram completamente moldados pela globalização, sendo reforçadores dessa dominação cultural estrangeira que ocorre nos países periféricos.

Até então, temos a dimensão com a qual a dependência cultural estrangeira está enraizada no Brasil e é responsável por processos que consolidam o subdesenvolvimento. É nesse ponto que Furtado, ao analisar como se deu o desenvolvimento econômico nos países centrais, aponta que a resposta para a alteração do cenário brasileiro se dará pela valorização de uma cultura nacional, e que tem como um dos elementos constituintes o fomento à criatividade de seu próprio povo, que é sufocada pela dominação cultural. Neste ponto é relevante mencionar uma síntese levantada por Bruno Borja:

“(...) esta cultura da dependência que orienta as classes detentoras do poder e do capital na periferia a uma progressiva aproximação dos interesses da grande burguesia internacional, impedindo uma composição interna de forças que substancie um projeto nacional de desenvolvimento que busque a superação das características estruturais do subdesenvolvimento. Com isso, a cisão profunda da sociedade dos países subdesenvolvidos amplia-se ao invés de retroceder, e a miragem de uma civilização que desenvolva suas plenas potencialidades torna-se cada vez mais distante da realidade.” (BORJA, 2009, p. 262).

Por isso, é tão relevante os pontos levantados sobre o período de Furtado como Ministro da Cultura, uma vez que o mesmo ao ocupar esse cargo teve o contato com o meio

político que dita as regras no Brasil e propôs um dos aspectos que esse projeto nacional de desenvolvimento mais necessitava (a busca da criatividade do brasileiro). Apesar de não ser um projeto completo, é uma etapa reconhecidamente importante do mesmo.

Ainda vale a consideração que isso aconteceu em um período de transição de um regime militar, onde as regionalidades culturais foram sufocadas por um ufanismo governamental, para um regime democrático, onde os regionalismos eram respeitados e a participação popular nas diretrizes governamentais incentivada. Novamente temos a dimensão de como um projeto de governo mirando no desenvolvimento econômico deveria juntar a valorização da cultura nacional e o processo de redemocratização como caminhos centrais para seu alcance.

Sendo assim, ao assumir o cargo e ditar as diretrizes da política cultural, Furtado mostrava ao Brasil que a cultura era sim um importante instrumento para que fosse superada a crise deixada pelo regime militar e também algo que ajudaria a promover o desenvolvimento econômico nacional, principalmente pelo fator criatividade atrelado a valorização cultural.

Conforme mencionado, a Lei Sarney institucionalizada durante o mandato de Furtado é muito importante para a promoção da cultura nacional. Ao promover incentivos fiscais a quem criasse ações para essa valorização, tem-se um ponto muito importante de trazer as elites para o processo de produção cultural nacional, além de permitir que os aspectos culturais regionais se sobressaíssem.

Esse ponto de trazer as elites para a realidade cultural nacional, apesar de ser interessante, é bastante questionável pois esse processo não levaria à mudanças nos seus padrões de consumo, o qual é um dos elementos de maior responsabilidade pela dominação cultural. Ainda assim, apenas pelo fato de haver um fomento dessas elites na produção cultural, o que poderia levar ao germinamento da criatividade na sociedade, já é bastante válido se for tomado como parâmetro o longo prazo. A criatividade originada acabaria por provocar mudanças estruturais no setor industrial, quando no sentido tecnológico, de modo a levar reduções de desigualdades sociais e um favorecimento das necessidades nacionais em promoção do caminho ao desenvolvimento.

Além disso, tem outro aspecto que vale a pena ser mencionado que foi impulsionado pelo mandato de Celso Furtado como Ministro da Cultura que vai no sentido de levar a valorização da cultura nacional ao debate público da época. Apesar da desconfiança clara por parte da mídia que ainda estava acostumada com a postura do governo autoritário anterior, ao Furtado mostrar que a política cultural tinha que ter como característica a participação popular

é algo que acaba por ser condizente com o processo de democratização pretendido pelo governo, e também servia como consolidador da necessidade do Ministério da Cultura no governo democrático. Nesse sentido, vale mencionar o trecho final de seu discurso de posse, onde ele deixa claro essa visão sobre o Ministério da Cultura:

“(...) Aqui estão muitos companheiros da luta pela restituição do Brasil à sua vocação democrática, luta que tornou possível criar um Ministério como este, cuja missão maior é velar para que seja respeitada em sua plenitude a capacidade criativa do homem brasileiro. (...)” (FURTADO, [1986] 2012, p. 56).

O fato de Furtado terminar seu discurso mais uma vez exaltando a capacidade criativa do homem brasileiro é bastante simbólico e vai de acordo com a política cultural que buscou executar. Além disso, realça mais uma vez o fundamental papel da sociedade na orientação da política do governo, a fim de atender as próprias necessidades da nação.

Por fim, vale exaltar as particularidades da obra de Furtado, que da formulação da tese que buscou explicar o subdesenvolvimento brasileiro e dos países periféricos em geral, passando por uma análise condizente de como se deu as características que promoveram o desenvolvimento nos países centrais e a consequente constituição da civilização industrial, além de tratar da divisão internacional do trabalho e o processo de industrialização por substituição de importação, ainda teve espaço para por sua tese em prática na política tanto através da influência como economista, como por ser um ministro atuante do governo durante o processo de democratização do Brasil. E é isso que é exaltado por Borja no trecho abaixo:

“Ao longo de sua obra buscou ampliar o escopo de análise para além do campo imediato de economista, agregando fontes de outras ciências sociais para desenvolver um sólido trabalho sobre o aspecto cultural do subdesenvolvimento e da dependência, tratando de corroborar seus principais conceitos e teses. Assim, apresenta um esboço do que seria um sistema de cultura e suas particularidades nos países periféricos, onde influi diretamente a dominação cultural exercida pelos países centrais.” (BORJA, 2009, p. 261)

Sendo assim, ao trazer para o presente trabalho a interpretação dos mais diversos autores que trabalharam o tema da cultura presente na vida e obra de Celso Furtado, além de

trazer o fazer político de seu mandato como Ministro da Cultura do Brasil, fica possível entender como as suas ideias influenciavam o mundo real, mesmo que não fossem executadas em sua totalidade. Ao promover a valorização da cultura nacional como norteador da política cultural, Furtado acabou por dar rumos importantes na retomada da fase democrática do Brasil e consolidar a necessidade de existência de um Ministério da Cultura com papel fundamental no país.

5. Considerações Finais

Celso Furtado, amplamente conhecido por suas considerações a respeito do subdesenvolvimento nos países periféricos, o qual estava sendo perpetuado pelo modelo de industrialização por substituição de importação praticado, buscou entender nos pormenores a causa dessa perpetuação. Ao analisar os aspectos que levaram aos países centrais alcançarem o nível de desenvolvimento econômico, percebeu que dois aspectos muito importantes estavam entrelaçados: a cultura e a criatividade.

Todavia, nos países periféricos, por consequência da difusão inerente ao sistema capitalista de produção, esses aspectos estavam sendo suprimidos por uma dependência cultural estrangeira, de forma que a germinação da inovação tecnológica no setor industrial se dava apenas para suprir alterações no padrão de consumo das elites desses países. Dessa forma, a indústria dos países periféricos acabava por repetir um ciclo onde as alterações só ocorriam para corresponder a novas alterações no padrão de consumo, e dessa forma as necessidades internas que promoveriam o desenvolvimento econômico nacional nunca eram alcançadas.

É então que Furtado aponta que a valorização da cultura nacional, de forma correlacionada com a criatividade, deveria ser um norteador dos países periféricos em busca da superação do subdesenvolvimento. Isso seria motivado pelo fato de que apenas quando a sociedade faz uma reflexão interna e entende as suas necessidades é que é possível surgir soluções criativas para os problemas recorrentes, e para tal ponto ser possível a dependência cultural deveria ser quebrada.

Sabendo do parâmetro de valorização da cultura nacional na visão de Furtado, faz-se necessário entender a postura do mesmo enquanto Ministro da Cultura, visto que por ocupar tal cargo seria responsável por comandar a política cultural e promover, portanto, a

valorização da cultura nacional pretendida. E foi o que o mesmo fez durante seu mandato, como, por exemplo, ao instituir a Lei Sarney de incentivos fiscais à cultura.

Tal lei tem uma representatividade fundamental no processo de democratização pelo qual o país passava após o fim da ditadura militar. Ao promover incentivos fiscais à cultura acabou por fazer com que a elite nacional, distanciada da realidade cultural aqui originária e com completa influência da cultura estrangeira que ditava seu padrão de consumo, se aproximasse da cultura nacional, mesmo que por intermédio de interesses financeiros. Isso seria importante pois fomentaria a possibilidade da germinação criativa anteriormente citada, mesmo que tal processo se desse distanciado das elites que continuariam sob dominação cultural.

Além do mais, essa política cultural de valorização teria participação popular, o que provava o papel fundamental do Ministério da Cultura no processo de democratização que estava acontecendo. E, também, promoveria a redução de desigualdades sociais e impulsionaria os regionalismos culturais. Esse seria um dos passos necessários para que o Brasil rumasse em direção ao desenvolvimento econômico e superação da crise deixada pela ditadura militar, mesmo que tal passo não significasse alterações radicais na estrutura nacional no que diz respeito ao plano econômico-financeiro.

Apesar de não ser o tema mais recorrente quando se leva em consideração a totalidade da obra e vida de Celso Furtado, trazer à tona sua prática política em frente aos pressupostos da teoria econômica que marcam sua vida é fundamental, pois só assim é possível entender como o seu pensamento econômico seria efetivo nas tentativas de mudanças da realidade nacional em busca da superação do subdesenvolvimento.

E também ao resgatar as discussões da valorização da cultura nacional e da importância do Ministério da Cultura para a promoção da criatividade, o que resultaria na constituição de um caminho para a superação do subdesenvolvimento, se tem um bom contraste com o cenário atual em que foi decretado o fim de tal Ministério e um rebaixamento de valor da cultura nacional para o atual governo.

6. Referências Bibliográficas

Celso Furtado. **PROCONDEL – SUDENE**. Disponível em:

< <http://procondel.sudene.gov.br/CelsoFurtado.aspx> >. Acesso em: 05 de maio de 2022

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

BOLAÑO, César R. S. **O conceito de cultura em Celso Furtado**. Salvador: EDUFBA, 2015.

BORJA, Bruno N. F. **Desenvolvimento e política cultural: reflexões de Celso Furtado no caminho do Ministério da Cultura**. Cadernos do Desenvolvimento, vol. 14, n. 25, Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: < <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/386> >. Acesso em: 25 de maio de 2022

BORJA, Bruno N. F. **Celso Furtado e a cultura da dependência**. Revista Oikos, vol. 8, n.2. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

FURTADO, Celso. FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (Org.). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

KORNIS, George. **A cultura no pensamento (e na ação) de Celso Furtado: Desenvolvimento, Criatividade, Tradição e Inovação**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 2013. Disponível em:

< <https://www.scienceopen.com/document?vid=8d9839dd-94da-4d21-b7a7-79facb27d532> >.

Acesso em: 25 de maio de 2022

FURTADO, Celso. FURTADO, Rosa Freire d' Aguiar (Org.). **Diários intermitentes, 1937 – 2002**. São Paulo: Cia das Letras, 2019. [Capítulo publicado na Revista Piauí – edição 155, ago. de 2019 – como Caleidoscópio da abertura]. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/caleidoscopio-da-abertura/> >. Acesos em: 25 de junho de 2022

TAVARES, Maria da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.